



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008157-25.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **ROSELAINE GOMES**
Requerido: **Scw Telecom Ltda Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado contrato com a ré com duração de vinte e quatro meses, pagando regularmente as mensalidades a ele relativas.

Alegou ainda que findo o prazo aludido solicitou o cancelamento do contrato, tendo a ré no dia seguinte retirado de sua residência o equipamento respectivo, de sorte que desde então deixou de utilizar dos serviços por ela prestados.

Salientou que posteriormente recebeu duas faturas emitidas pela ré, cujos valores reputa inexigíveis.

A ré foi citada para a ação e a fl. 28 esclareceu que a autora nada lhe deve, estando seu contrato devidamente cancelado desde setembro/2013.

Tal manifestação está em consonância com o relato exordial e prepondera sobre a de fl. 42, que dá conta da existência de débito em aberto a cargo da autora, até porque essa está desacompanhada de qualquer detalhamento ou comprovação da origem da suposta dívida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, impõe o acolhimento da pretensão deduzida, inexistindo lastro a qualquer cobrança decorrente do contrato firmado entre as partes.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e a inexigibilidade da cobrança aludida a fl. 01, bem como de qualquer outra oriunda desse contrato.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 19 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**